



ANO 11 - Nº 104
JAN-FEV/2001



INFORMATIVO do CÍRCULO de ESTUDOS LIBERTÁRIOS IDEAL PERES - CELIP/RJ
CAIXA POSTAL 14576 - CEP 22412-970 - Rio/RJ - BRASIL # e-mail: celip@bol.com.br
Reuniões do CELIP todas as terças, as 18:30 h, no IFCS/UFRJ, Lgo. de São Francisco, 1 - Centro - Rio/RJ

QUEM É QUE ESTÁ MESMO PRESO?, OU A BRIGA DOS DOIS BANDITISMOS

Vexame e surpresa (?) para as autoridades penitenciárias brasileiras, e por extensão para o aparelho estatal a que pertencem: 29 presídios paulistas foram palco de uma única rebelião, ao que tudo indica sob o comando de uma facção formada em seu meio. Conjunta e cronometricamente, mais de 15 mil detentos, em diferentes pontos do estado, capturaram cerca de 10 mil familiares, amigos e funcionários, fazendo-os reféns durante o horário de visita do Domingo, 18 de fevereiro, arrebatando o controle da administração carcerária. Sinalizando essa unidade de comando e de propósitos, ao que se noticiou, apenas uma reivindicação foi expressa: o retorno de um grupo de líderes desta facção, transferidos e dispersos entre diversos centros de detenção, coisa que obviamente atrapalhava as atividades da dita facção, o PPC (Primeiro Comando da Capital). Mesmo encerrada na tarde de segunda-feira, esta ação se constituiu na maior rebelião de prisioneiros da história brasileira, e representa no momento um constrangedor desafio público lançado pelas organizações criminosas às autoridades (auto)constituídas. Até agora, e com a meritória contribuição da mídia, incontáveis versões circulam sobre muitos pontos do caso, naquela nuvem de poeira tão propícia à venda de jornais, revistas, e ao blá-blá-blá radiotelevisivo.

De qualquer maneira, deste evento espetacular e do que ele implica na vida social e política das nossas plagas tupiniquins certamente se podem tecer, por aqueles que compartilham de um ponto-de-vista libertário, reflexões úteis. Partimos da mais do que óbvia constatação de que a quase totalidade do contingente carcerário brasileiro é oriundo das partes mais desfavorecidas da sociedade – pobres e negros –, e do fato de que a justiça que monta o sistema carcerário e indica quem nele será recolhido é uma justiça de classe, exercida como parte da manutenção das desigualdades sociais, no papel de mecanismo repressor. Como campo de atuação deste mecanismo, a um só tempo objeto e suporte dessa prática discriminatória e repressiva, encontra-se o universo do crime. Perante esta realidade, cuja percepção não é exclusiva da esquerda política mas que, numa sociedade escandalosamente cruel como a é a brasileira, encontra-se disseminada nos corações e mentes, desdobram-se discursos e atitudes as mais díspares. As trajetórias desencontradas de todas essas intervenções na vasta questão da instituição penitenciária produzem um quadro tão desnorteador quanto o de um tiroteio vindo de todos os lados, pelo barulho e as apreensões gerais que provoca. E isto é bom para os que exercem o poder, usuários por excelência do medo social e individual.

Temos desde as propostas mais imediatistas como as da construção de novos centros de detenção ou do bloqueio eletrônico da entrada de armas com os detetores de metais, e das ligações por celulares no âmbito das áreas onde existem presídios, até outras de maior alcance. Aqui, figura a velha defesa da pena de morte legal (pois a sempiterna pena de morte informal parece não dar conta do “excesso” de bandidos no país), ou a proposta de uma “humanização” do sistema penitenciário através da instalação de colônias agrícolas, penas alternativas à prisão e coisas que tais. A violência institucional da justiça burguesa, no nosso país, é agravada pelas condições próprias de uma área capitalista periférica e pelo ranço herdado de práticas próprias do Antigo Regime, e no intento de abrandá-la, invoca-se continuamente, com esta ou aquela intenção, os “direitos humanos” como contraponto ideológico e programático a tal violência. Lembra-se que os detentos, mesmo que sejam bandidos, culpados dos crimes em nome dos quais foram privados de liberdade, são seres humanos, e como tal devem ser respeitados. Assim, segue-se que a prisão em si não é necessariamente condenável, mas sim os excessos e a ineficiência. A incapacidade do sistema em conter os impulsos dos prisioneiros situar-se-ia no mesmo patamar da violência do comportamento tanto destes quanto dos funcionários encarregados de guardá-los, violência que seria, entre outras coisas, contrária à lei. Numa postura talvez mais avançada ou esclarecida, encontra-se a intenção de reduzir o peso das

penas de prisão, e por conseguinte da própria instituição prisional, por meio das “penas alternativas”, com serviços comunitários, ou afins.

A parte dessa falação toda, levantam-se vozes aqui e ali, oriundas do “mundo do crime”, mais especificamente dos meios carcerários. Por conta dessa “megarebelião” do dia 18 de fevereiro, essas vozes ganharam, mesmo que eventualmente, o tom de megafones, na imprensa e no cenário político. O PPC, apresentando-se “oficialmente” como uma espécie de “sindicato” protetor dos direitos da população penitenciária, levanta para nós mais do que a objeção de que bandidos não são trabalhadores, idéia que um pensamento tributário da ordem capitalista *a priori* alegaria. Por outro lado, lembrar que bandidos são seres humanos também não ajuda a avançar neste caso. Observemos as práticas violentas e autoritárias desta facção, como de todas as outras conhecidas nos presídios, e logo reconheceremos nelas os vícios e a iniquidades próprias do Estado, em qualquer lugar e tempo em que se manifeste: as ações brutais para arrecadar fundos em assaltos e narcotráfico, sem a menor preocupação com a vida e a integridade alheias, inclusive de humildes proletários; a intimidação sobre os prisioneiros, e por extensão as suas famílias, no afã de obter “contribuições” em dinheiro e outros serviços; o arbítrio de sua liderança, que certamente planeja e decide ao arpejo das opiniões de seus comandados – arrebanhados como um exército, controlados pelo terror e pela hierarquia; e por aí vai. Daí, torna-se óbvio que o conteúdo dos discursos propalados pelos “porta-vozes” e os documentos “oficiais” de organizações – PPC ou outra qualquer – que se arvoram em representantes de seus colegas encarcerados, é tão oco como as palavras de ordem “paz”, “justiça” e “liberdade” ecoando sobre práticas de terror e prepotência. Neste particular, verificamos o quanto estes “porta-vozes” são alunos aplicados dos velhos políticos burgueses e oligárquicos, com suas lengalengas. Presumimos também como podem inspirar, particularmente entre a juventude marginalizada de nosso país, a aura de românticos “bandidos do céu”.

Julgamos, portanto, entre estas duas ordens de discurso, que o buraco é mais embaixo. As idéias de justiça, humanização, violência e combate têm para nós uma amplitude maior do que parecem expressar todas estas propostas, de “entendidos no assunto”, especialistas, palpeiros e pessoas de algum modo envolvidas na questão, quando as condenam ou justificam em nome da lei e da ordem, ou das colocações de facções criminosas e de bandidos que as tornam o centro de uma ética só deles, despida de qualquer senso do “outro”. Numa análise clássica do problema do surgimento e da existência do sistema prisional, tal como o conhecemos em “nosso” mundo ocidental, análise por isso mesmo merecedora de atualização e adaptação a diversas realidades, Michel Foucault liga este processo à formação de uma imensa aparelhagem de mecanismos de exercício do poder na sociedade; todos eles voltados para o grande objetivo de disciplinarização do ser humano dentro do mundo moderno. Ao cerne desta análise, como um auxiliar de nosso raciocínio, poderíamos associar os fatos deste confronto entre o autoritarismo “oficial” e o “paralelo” nos cárceres.

A violência tem um lugar político que transcende o mero espetáculo de embates a mão armada entre presidiários e policiais, cadáveres mutilados, homens amontoados como sacos em cubículos imundos, parentes em lágrimas e outras cenas. Ela costuma servir a propósitos de dominação entre os homens, em graus variados e às vezes difíceis de se perceber. Neste sentido, o sistema carcerário não tem violência; ele é violência. A compreensão da natureza de sua violência logicamente nos leva à constatação de que, mesmo com a extinção de todas as prisões, só se avançará realmente com a erradicação dos autoritarismos presentes na sociedade. A violência da prisão só se acabará junto com o poder político que a sustenta, concentrado no Estado. Isto é fato tanto em relação ao sistema, quanto aos poderes “paralelos” formados nele. No caso de que tratamos, declarações de autoridades paulistas apontam, além da inexistência de um conhecimento sério sobre as fac-

Conclui na página 2...

“Riqueza é como esterco no curral: acumulado só produz mau cheiro; espalhado faz fecundo o campo inteiro.”

Santo Antônio

AS BOCAS

DISCUTINDO A INSERÇÃO SOCIAL

O tema proposto para debate neste texto é algo relativamente novo no Movimento Anarquista recente brasileiro. Desde a reaparição pública definitiva de 1985 aos dias de hoje, somente a partir de 1995 para cá, modestamente um considerável setor do movimento vem fazendo do protagonismo da classe (e a inserção social como sua forma) a sua razão de existir.

Temos de reconhecer que na atualidade, a inserção vem sendo abordada com seriedade e respeito, mesmo pelos grupos e indivíduos que não a procuram. Por outro lado, se compreendermos que esta é a maneira que permite ao anarquismo promover o protagonismo da classe e a autonomia das lutas populares de base, estamos fazendo apenas nossa obrigação como militantes, nada mais. A partir deste conceito (inserção = meio para a luta popular), é necessário fazermos um outro tipo de análise. Diante do quadro anterior, com um anarquismo majoritariamente voltado para a memória sem analogia de luta, propagandeando idéias sem torná-las concretas e viáveis e vinculando a ideologia a tudo o que era "alternativo" ou áreas afins, não restam dúvidas que estamos numa situação bem melhor. Mas, diante das reais necessidades da classe oprimida e comparando nossas modestas forças sociais com o poderio dos reformistas (isso sem falar na própria direita, a classe dominante em si) a verdade é que ainda temos um longo caminho a percorrer até nos tornarmos, de fato, uma via concreta para a luta popular no Brasil.

Como contribuição a este debate, é necessário aprofundar sobre o conceito e o mecanismo que geram e definem a inserção social da linha anarquista para a luta popular. Para começar, "o que vem a ser inserção social de uma corrente organizada?". Podemos afirmar que inserção social, neste caso, pode ser uma série de objetivos táticos:

- difundir idéias (básicas, de orientação para organizar a luta) e valores (de convívio da classe em comunidade)
- criar organizações de base (tanto reivindicativas como de reconstrução do tecido social, ou seja: tanto uma associação de moradores como uma biblioteca popular)
- eleger uma ferramenta para iniciar o trabalho (ex: está se tornando uma prática política dos libertários abrir trabalho de educação/pedagogia popular)
- buscar reproduzir outras ferramentas (ou seja, partir de um trabalho, de cunho educacional, e abrir outros, uma cooperativa de reciclagem, por exemplo)
- vincular estas ferramentas organizativas a lutas concretas (ex: dar aulas de alfabetização e participar das lutas da comunidade por luz e água)
- a inserção se dá num meio definido (o que convencionamos chamar de Frentes de Trabalho: comunitária, sindical, estudantil, negra, etc.)
- preferencialmente, o melhor é abrir trabalhos objetivos em áreas bem pré-definidas (ex: uma cooperativa de costureiras e/ou chapa para associação de moradores na comunidade de favela X), melhor ainda se estas áreas forem "territoriais" (comunidade X, fábrica Y, escolas secundaristas de um determinado município, ou região deste município)
- é preferível abrir trabalhos onde um dos militantes esteja "naturalmente" inserido (ex: local de trabalho, moradia ou estudo) e onde exista possibilidade de "reprodução" (aumentar o nível de participação de pessoas daquele meio nas organizações de base, forjar militantes sociais entre estas pessoas e num outro momento, gerar novos militantes para a corrente organizada).

Os exemplos acima são apenas um apanhado geral de um conjunto de necessidades e objetivos de um trabalho de inserção

consequente e de longo prazo. Na maior parte das vezes, os coletivos de trabalho não vão atingir, num primeiro momento, nem 1/3 dos pontos acima. Mas, sempre é importante apontar o projeto de inserção social como um processo marcado por objetivos concretos. Alcançando estes objetivos, construiremos uma opção de luta reivindicativa, alimentando a organização de base do meio onde estamos inseridos.

A inserção muitas vezes é confundida com uma prática assistencial, ou então "educacionista", quando, por exemplo, nossos trabalhos de educação popular não fortalecem a organização daquela comunidade. É fundamental marcar que alguns traços são comuns a todo e qualquer trabalho. Traços como:

- a constante presença dos militantes no meio;
- o coletivo permanentemente pensando formas de aprimorar o trabalho (evitando assim cairmos nos já conhecidos *desvios basistas ou de virarmos tarefeiros*);
- inserção dá trabalho, significa alguns dias da semana dedicados à tarefa, militantes que tenham este como o SEU trabalho de inserção;
- inserção dá resultados quando somamos boa vontade, convívio no meio ou comunidade e LUTA!, da base organizada, contra os inimigos de classe!
- por fim, a inserção não se dá "na sociedade" (isto é para pelegos que não participam da luta de classes); inserção se faz nas frentes de trabalho de nossa classe oprimida, fortalecendo os laços solidários do povo e apontando um Programa de Lutas Populares tão concreto como possível de ser conquistado (ao menos seus objetivos táticos);

- cabe ainda apontar uma próxima discussão sobre os programas das Frentes de Trabalho. Sem um programa, "reivindicamos tudo e não ganhamos nada"; tampouco se constrói um programa popular em um congresso, isto se vai elaborando pouco a pouco, tomando a opinião da categoria ou comunidade, dando forma política às necessidades sociais do povo em luta.

Estabelecendo um plano de prioridades para os coletivos de militância, a inserção dispense 70% dos esforços políticos. Significa promover a luta popular, dentro da conjuntura dada, da forma mais radicalizada o possível. Com a penetração do anarquismo nas bases de nossa classe, a ideologia se reforça de conteúdo, ganha nova carga histórica e simbólica. Esta se torna um instrumento de luta, tão concreto como a enxada para o lavrador, o giz do professor e as panelas de arroz e feijão das companheiras domésticas.

Conclusão da página 1

ções dos presídios, uma tolerância do sistema quanto a elas, tendo em vista que sua ação costuraria produzir nos cárceres uma espécie de canalização dos conflitos internos. Quer dizer, uma certa disciplinarização. Os autoritarismos, mesmo estando em lados opostos de uma luta, parecem ser atraídos, pelo seu comum parentesco, a uma aliança tácita e inevitável, no esmagamento da sua inimiga maior, a liberdade humana. Só não contava o sistema com a atitude de seu "derivado". O "Estado dentro do Estado" - como se disse na imprensa, exageradamente ou não -, estaria assim colocando suas manguinhas de fora, fiel à sua genética. Quem sai aos seus não degenera. Ou, não se regenera.

Em tomo desse confronto, que é parte dela mesma, a sociedade corre sempre o risco de assisti-lo como fato isolado. Mais que isso, tende a distrair-se, por um atitude ininterruptamente induzida pelos interesses do poder constituído, de ver sua realidade cotidiana de prisioneira, entre inumeráveis subordinações e condicionamentos, injustos e absurdos. Assim como os presidiários sofrem o constrangimento das grades e das vigilâncias, das revistas e das surras, a população "livre" fora dos presídios anda amarrada em vários temores: da fome, da miséria, do desemprego, da violência de "uns" e "outros", do abandono; presa nas regras disciplinadoras da competição implacável, do egoísmo, da banalização do ódio, da conquista insana de bens e posições, da desvalorização da solidariedade e da partilha. Por isso mesmo, diferentemente das quadrilhas que se evadem através da opressão de seus iguais, nas asas do dinheiro e nas linhas de seus celulares, diferentemente delas, o povão é que está no grande cilindro chamado capitalismo.

Contudo, essa mesma sociedade, campo de atuação do anarquismo, pode ser chamada a repudiar todos os autoritarismos, legais e ilegais, pela crítica constante e lúcida. A história traz a todo tempo situações e fatos confusos e desconcertantes. No nosso tempo não é diferente. Qualquer evento, por mais transitório e superficial que possa parecer, pode oferecer lições à militância e ao pensamento. O homem de nossa época, saturado de dominações e constrangimentos, olha para um lado e para outro, procurando sinalizações de liberdade e de impulsos solidários. Neste quadro, até manifestações primárias de falsa libertação, até foguetórios de luta por direitos duvidosos, podem atrair simpatias e adesões tão sinceras quanto equivocadas. Aproveitemos então toda oportunidade para a crítica e, por meio dela, para a propagação de nossos ideais.

Assinatura anual de apoio (seis exemplares - R\$ 7,00);
pacote de 10 Liberas (R\$ 3,00);

solicite a nova tabela de publicações à venda.

Depósitos: Bradesco - Ag. 0026-4 - c/c: 240.765-5 - a/c
Renato Ramos. Envie comprovante de depósito para o
CELIP (Aceitamos selos, dinheiro ou cheque nominal)

Tiragem: 2.000 exemplares.

Os textos assinados não necessariamente refletem a opinião
do Coletivo Editorial do CELIP.

VOLUNTÁRIO OU COLABORACIONISTA?

"Quem olha para fora, sonha; quem olha para dentro, acorda." (Carl Jung)

Há uma crença positiva entre muitos anarquistas na capacidade original do homem de se associar livremente¹ em organizações que permitam a participação ativa de todos os membros e que possam decidir os seus pontos de divergência de forma não autoritária. Melhor, uma dinâmica de indicação de arbitragem do próprio grupo, gerando um entendimento "consuetudinário", isto é baseado mais em "costumes" do que no texto legal e em suas fórmulas jurídicas. Esse modo de viver seria encontrado sempre que não estivesse confrontando diretamente uma instituição ou forma de poder do aparelho estatal. Entendo-se Estado mais como a estrutura de dominação de uma classe sobre a sociedade.

No entanto, sobretudo desde a metade do século passado, o Estado transformou-se mascarando aquele híbrido absolutista resultante da forma medieval de poder feudal² com as pretensões da livre cidadania mercantil e religiosa da burguesia. Era um híbrido que, fechado o ciclo da revolução francesa, anabolizado pelo Terror e pelo Império, no máximo envergava um barrete republicano ou um colete liberal sob a casaca conservadora. Para o proletariado, em sua luta pelo socialismo e apartado dos direitos civis garantidos ao patriciado do voto censitário, o Estado era ainda o piquete de cavalaria, as baionetas da infantaria... a mesma receita aplicada desde a Idade Média. Para fazer frente aos riscos de revolução, dado que a repressão explícita pura não poderia garantir sempre o êxito total, a partir sobretudo dos anos 1880, começa a haver uma mudança... nesse quadro, adotando o Estado algumas "fitinhas e laçarotes vermelhos" no vestuário. Isso foi mais visível em países como a Inglaterra e sobretudo a Alemanha de Bismarck, a quem interessava neutralizar o movimento operário e "unificar" internamente a nação. Uma legislação de benefício social, implantação de medidas efetivas como escolas públicas, saneamentos, albergues para trabalhadores. Novidade para a época!

A adesão da social-democracia a via parlamentar de luta ajudou a engrossar o caldo... Essa predominância da visão autoritária dentro da luta socialista, acabou "auxiliando" a burguesia por, entre outras coisas, oferecer uma imagem que foi copiada, invertida, pelo Estado capitalista em vários momentos como o corporativismo fascista; o New Deal; o "welfare state". O modo de operação estatal na defesa da classe dominante transformou-se: o Estado passou a criar, suprir e se necessário bloquear e substituir por iniciativas estatais – federais ou locais, as instituições que eram pedidas ou propostas pelos trabalhadores dentro de uma plataforma republicana radical ou socialista. Mais do que uma mudança de roupa, uma maquiagem, houve uma transformação física real no corpo estatal. Em países centrais ou periféricos de cultura colonialista como o nosso, as iniciativas autônomas, de escolas dos trabalhadores etc. foram sufocadas e soterradas pela ação estatal... Em nosso caso, a cultura de "Aqui-DelRey" logo passou a ver a "obrigação estatal" em cada tarefa cotidiana da vida urbana ou da 'luta social'... de se queixar ao bispo a se queixar ao alcaide, intendente, prefeito ou presidente passou a ser a tônica predominante pela "cultura oficial" comprometida com a imagem de povo alegre, pacífico e ordeiro...

A organização popular autônoma e a participação ficou relegada as festas de quermesse, aos blocos de carnaval, ao mutirão para colocar a cumeeira ou a feijoada para lançar a laje em casa suburbana na Baixada Fluminense... Ficou? Não, claro, sabemos que não...

No entanto, dentro da "revisão geral" pós Leste Europeu, assistimos ao término da demolição, iniciada nos anos 1980 e conduzida desde de seu interior, das instituições "estatais" minimamente funcionais como a escola pública, serviço de saúde etc. Na escola, reduziram salários e currículos – adotando sempre uma pregação humanista libertária de emocionar os incautos... metodologia contudo que passa longe dos principais colégios em que a alta burguesia forma as suas crias... e seus futuros quadros. Na saúde, 'cooperativas', 'descentralização' e gestão 'pela unidade de saúde' preparando a redução de serviços e a entrega do filé do sistema de saúde para as empresas de planos de saúde.

Esse tem sido o grande ponto de trabalho da administração moderna na luta de classes... A leitura de qualquer manual de reengenharia trata de aspectos como a valorização do conhecimento do operário, digo, "colaborador" e da importância de sua motivação e de suas

sugestões, dos níveis mínimos de hierarquia com sua gerência "humanizada"... Os adornos do *toyotismo* quase parecem inspirados em textos libertários. Na verdade, tendo uma base empírica concreta, livre de dogmatismos marxistas, os administradores, fazendo as contas entre as vantagens do velho *taylorismo* e *fordismo* e as demandas tecnologia atual; sistematizaram propostas baseadas nas tendências naturais de sociabilidade desse primata gregário e cultural que somos nós. Daí a semelhança genérica que não esconde, contudo, as diferenças de objetivo prático.

Esse é o quadro que também encontramos no campo das ações sociais, podemos resumir em uma expressão: TRABALHO VOLUNTÁRIO. Este complementa a obra de desmantelamento dos serviços sociais que citamos acima, se empregarmos os moldes usuais da esquerda autoritária. Além disso, joga a "cidadania" fora das raíais da política tradicional burguesa – organização partidária, ação política normatizadora via mudanças na Legislação, ganho do poder político executivo sobre a máquina estatal, dentro de limites aceitos pela classe dominante para a gerência das ações sociais previstas no programa partidário. A cidadania, num quadro de enxugamento do serviço estatal onde ele existia, ou a sua substituição onde ausente ou deficitário, passa a ser a panacéia cotidiana! A ação participativa... que outrora designada por "caridade" e "filantropia".

A simples denúncia da situação não parece ser a melhor forma de agir. Nós temos de perceber uma coisa com relação a escola ou ao posto de saúde e mesmo a fábrica e a padaria. O Estado procura vestir-

se de sociedade, isto é, oferecer os canais de comunicação e discussão... Mas há estruturas que são públicas e reais – independente de estarem sob controle estatal ou privado!... Essas estruturas exercem funções orgânicas na sociedade e deveriam, sim, estar sob real controle popular dos trabalhadores e não servindo aos interesses da classe capitalista. Uma escola é um local de aprendizado necessário a uma sociedade complexa como a nossa... O currículo, o modo de ensinar, os objetivos, o saber técnico e/ou a habilidade para a oratória, para a busca do consenso tudo isso deve ser definido pela sociedade mas não se pode prescindir da escola. Não devemos agir como puritanos ou *quackers* e migrarmos para outras terras para realizar a nossa utopia. Não se logra mais construir a "Cecília"... deixando aquilo que foi construído segundo os anseios do povo e seu trabalho a mercê dos lobos e raposas de sempre...

Não é recriar a escola em outro prédio, fora da escola oficial... Temos de retomar a escola – como órgão social, público, verdadeiro e real – para os ideais em que foi forjada. Assim também em outros aspectos dos demais órgãos ou canais de ação social usurpados e submetidos a um necrosante torniquete pelo jugo estatal.

Há um desafio – quase que uma "derradeira apropriação" de idéias pela classe dominante – a nível global, visto que esse ano é o "Ano Internacional do Trabalho Voluntário"! Pode-se deixar as escolas e tantos outros lugares (creches, bibliotecas, postos de saúde, museus, etc.) serem ocupados por inocentes úteis, transformados em colaboracionistas bem intencionados, asfaltando a estrada do Inferno. No entanto, podemos de forma refletida, vestirmos "apenas" a nossa "condição de seres humanos" e, isto é importante, abrindo mão de rótulos mas não de conteúdos e práticas... ocuparmos o espaço destinado ao 'voluntário'. Articular a crítica severa e a prática inovadora... trazer para o controle popular real e de qualidade – muito além das tapeações e tapa buracos buscados pelo Estado.

Assim, se este ano mais do que nunca ouviremos a voz de bom moço do Toni Ramo martelando na telinha as iniciativas que ajudam a "recuperar" a Escola... "Sociedade, Professores & Governo... Juntos!" Então lancemos mão ao antídoto! Pela subversão da palhaçada do bom-mocismo!... Na brecha aberta a uma participação popular que se cre homogênea e pasteurizada... Sejamos anticorpos que ataquem o tentáculo estatal... Vamos permitir que mais uma vez se expresse a mensagem de liberdade, transformadora do tecido social... Que mais do que sonharmos com a Revolução... Busquemos que a Sociedade participe e acorde para a Revolução.

Henrique Zucchi (Rio de Janeiro/RJ)

¹cf Apoio Mútuo, PK

²cf Gaston Leval, Estado = bando armado autodenominado "nobreza".

Programa da Resistência Popular – SP

Muita gente está de acordo com nossos princípios e práticas cotidianas. Porém, é difícil imaginar qual o melhor caminho para nos levar onde queremos. Diante deste abismo entre o nosso objetivo e o hoje, é que muita gente desiste, avalia que apenas sonhamos, etc. A falta de perspectiva leva ao ceticismo, a atitudes desesperadas, incoerentes, na maioria das vezes, com resultados frustrantes.

A nossa força, a nossa energia, as nossas esperanças não podem ser gastas à toa. Nossa ação no dia-a-dia não pode ser inerte, voltada para coisas que não dão em nada. Numa época de tanto ceticismo, com o sistema trabalhando para que todos desanimem e não façam nada, nossa prática tem que ser motivo de ânimo para as pessoas, tem que mostrar que é possível ir fazendo as coisas acontecerem. É por isso que decidimos escrever um programa. Para que nossa prática tenha um sentido, e não seja um simples ir fazendo por fazer, é que escrevemos este programa. Um programa tem que levar em conta nossos princípios, nossos objetivos, é inspirado por diversas lutas do passado e do presente; mas além, disso tem que saber levar em conta a realidade de hoje. O programa tem a função de estabelecer uma ponte entre nossos objetivos finalistas e as lutas de hoje, de discutir através de que meios podemos caminhar melhor em nossas lutas.

Nosso objetivo finalista, de longo prazo é contribuir para a edificação do Socialismo com Liberdade, através da construção de um processo de avanço do poder popular e ruptura revolucionária. Mas, alcançar este objetivo finalista requer um processo de acúmulo de forças que não se faz da noite para o dia e situa-se no longo prazo. É preciso então caminhar rumo a este objetivo, mas isso implica reconhecer que estamos distantes dele e que temos que vencer batalhas, etapas.

Este programa tenta responder o que fazer no curto prazo, quais são nossos objetivos e meios hoje. O que está contido aqui é o que avaliamos ser o melhor caminho a seguir no momento atual. É o caminho que muitas pessoas estão dispostas a trilhar para esta sociedade possa um dia ser transformada radicalmente.

Objetivo Estratégico

Como objetivo estratégico procuramos avaliar o que queremos alcançar nesta etapa, e quando falamos em etapa, estamos nos referindo a médio prazo (algo em torno de 5 anos). Pois bem, para se gestar um processo de avanço do poder popular e ruptura revolucionária a participação popular é um pré-requisito. Esta participação precisa ter a forma de um movimento social amplo e organizado. Mais do que isso, este movimento precisa ter um caráter combativo, gerando contradições no sistema capitalista e colocando em xeque o poder estabelecido.

Pois bem, no atual momento avaliamos que não existe um movimento social amplo no Brasil. Vastas parcelas de nossa classe nunca tiveram a experiência de participar de algum movimento social. Logicamente existem expressões significativas de movimento social no Brasil, como as lutas de bairro, as lutas dos sem-terra, dos sem-teto, dos trabalhadores, estudantes, etc. Mesmo assim isso poderia e deve se ampliar muito mais, criando uma retaguarda social para as diversas lutas.

Por outro lado, a maioria dos movimentos sociais hoje existentes segue uma postura conciliadora, quando não submissa. Não se procura questionar o sistema capitalista como um todo, mas apenas problemas pontuais. Enfim, predomina uma política reformista e os setores combativos são minoria, têm peso restrito. Quase todos os movimentos e entidades que deveriam ser representativas de nossa classe estão burocratizados e dirigidos por pelegos.

Levando isso em conta, concluímos que a tarefa para esta etapa, o nosso objetivo estratégico, é dinamizar o movimento social, fazer com que os setores mais combativos ganhem peso efetivo e acumulem forças. Sem atingir este objetivo estratégico não se vai rumo à construção do poder popular. Depois sim poderemos avançar para uma outra etapa

e fazer com que o setor mais combativo dispute a hegemonia do movimento social. Para caminhar até lá estabelecemos também uma estratégia.

Estratégia

É necessário que existam pólos onde as pessoas encontrem uma referência de luta. Um espaço aberto se reunam, tenham liberdade para expor suas idéias, encontrem e conheçam outros companheiros, discutam e encaminhem suas lutas coletivamente.

Estes pólos podem se efetivar nos bairros, nos locais de trabalho ou de estudo, conforme a realidade local. O importante é que dali saiam lutas e conquistas, que outras pessoas o vejam como referência de luta, como exemplo de que se organizando algo pode ser feito.

Mas não é qualquer tipo de atividade que serve como referência. Queremos mostrar uma opção de luta classista e combativa, isto é, sem se submeter a políticos e manda chuvas, sem paternalismo e assistencialismo, envolvendo o coletivo nas lutas diretamente.

Há uma certa tendência ao isolamento e fragmentação dos movimentos sociais. E nossos problemas quase sempre só tem chance de solução com lutas coordenadas, com vários bairros, escolas e sindicatos trabalhando em solidariedade e numa perspectiva mais ampla.

Por isso mesmo, não nos contentamos com a existência de referências de organização popular classista e combativa. É preciso que elas estejam coordenadas, em permanente contato, atuando junto em lutas e manifestações. Dando força uns aos outros. Esta é uma das razões de ser da *Resistência Popular*.

A estratégia que definimos é a criação e fortalecimento de pólos de resistência popular que trabalhem em lutas concretas e mobilizem a população em torno de objetivos comuns.

Estes pólos devem ser estimulados a se espalhar e se fortalecer no trabalho com questões concretas. Isso significa partir dos principais problemas encontrados, discuti-los coletivamente, organizar-se e lutar por soluções.

A inserção social é apenas o primeiro passo. Através de alguma atividade as pessoas se aglutinam, se conhecem, desenvolvem laços de confiança e debatem problemas. Mas isso é só o começo, porque muitas atividades não geram enfrentamento nenhum com o capitalismo. O objetivo da inserção social é gerar o respaldo para as lutas, ou seja, é um meio e não um fim em si mesmo.

Com a luta nossa classe se une em torno de objetivos concretos, aprende a se organizar e a conhecer o que é o sistema capitalista. Mesmo que sejam lutas parciais, o que importa é ir acumulando força, elevando a auto-estima do povo e aprendendo com erros também. As lutas geram situações combativas, afloram conflitos de classe, mostram as contradições do sistema capitalista, aí sim e faz a verdadeira resistência popular.

Fortalecer estes pólos quer dizer mantê-los sempre em atividade, seja em discussões, seja em lutas concretas, está é a forma de torná-los referências.

Táticas

O conjunto das táticas é o que concretizará a estratégia, dará vida a ela. E ela pode ganhar vida em diferentes frentes de atuação, de uma forma diferente em cada uma delas, adequando-se a dinâmica de cada uma, mas convergindo sempre para os mesmos objetivos.

Os espaços de moradia, trabalho e estudo enfrentam problemas relacionados uns com os outros, mas que aparecem de maneira diferente. Cada um destes espaços é para nós uma frente de atuação, frente comunitária, frente sindical e frente estudantil. Nosso trabalho nestas frentes é uma necessidade e ao mesmo tempo uma tática para atingir nossos objetivos. Mas os programas para cada frente não cabem nos limites deste texto, que é parte do programa da Resistência Popular – SP. Para conhecer o texto completo, com os programas para cada frente entrar em contato pelo e-mail: rp-sp@bol.com.br ou CP 11639; CEP 05049-970; São Paulo/SP.

ENDEREÇOS LIBERTÁRIOS: CELIP/VIDEO, CP 15001. CEP 20155-970. RIO/RJ * LETRALIVRE, CP 50083. CEP 20062-970. RIO/RJ * RUPTURA/LEL, CP 4071. CEP 20001-970. RIO/RJ * CCS/SP, CP 2066. CEP 01060-970. SÃO PAULO/SP * ANA, CP 78. CEP 11525-970. CUBATÃO/SP * MLPL, CP 146. CEP 40001-970. SALVADOR/BA * APPL, CP 053. CEP 40001-970. SALVADOR/BA * NUELCA, CP 14. CEP 48000-970. ALAGOINHAS/BA * ULBS, CP 2137. CEP 11060-970. SANTOS/SP * FCL, CP 10.115. CEP 58109-970. CAMPINA GRANDE/PB * JULI, CP 308. CEP 95001-070. CAXIAS DO SUL/RS * SAT, CP 289. CEP 12460-970. CAMPOS DE JORDÃO/SP * MAP/BA, CP 185. CEP 40001-970. SALVADOR/BA * RESISTÊNCIA POPULAR NOS ESTADOS: RP-GAÚCHA, CP 5098. CEP 90040-970. PORTO ALEGRE/RS * CLG/PRÓ-RP, CP 5191. CEP 74021-970. GOIÂNIA/GO * RP-SP, CP 1020. CEP 08741-970. MOGI DAS CRUZES/SP * RP-AMAZÔNICA, CP 1206. CEP 66017-970. BELEM/PA * AÇÃO ESTUDANTIL, CP 1000. CEP 78005-970. CUIABÁ/MT * RP-RJ, CP 15001. CEP 20155-970. RIO/RJ * RP-SP, CP 11.639. CEP 05059-970. SÃO PAULO/SP.



...AMORE MIO